

# Detectados casos de denúncias infundadas

N. 18/7/83

por Naital Donald

Com o funcionamento do sector de Triagem, o Posto de Verificação do Bairro Comunal da COOP regista maior operatividade na identificação prévia de cada caso ali conduzido, apesar de alguns desonestos infiltrados nas estruturas políticas de base dos bairros vizinhos continuarem a enviar para aquele local cidadãos cujas denúncias não possuem, em muitos casos, fundamentação consistente — disse sexta-feira Carmona Bila, Secretário do Grupo Dinamizador daquele agregado populacional.

Aquela responsável situou as linhas mestras que a feira vencerá no local por Alberto Massavanhane. Pés deste do Conselho Executivo da Cidade de Maputo e dirigente do

«A» e «B» casos de soturas sem julgamento de cidadãos em situação irregular e denúncias sem fundamento.

— A partir dessa experiência.

tra outros fins, a desburocratização e a maior eficácia na análise preliminar nos casos ali conduzidos figura a criação do sector de Triagem que, segundo Emilio Fordome Ga-

desonestos, são juridicamente infundamentados».

Agostinho Francisco Mondlane ilustrou as suas declarações citando o caso de uma senhora viúva, de 34 anos, mãe de dois filhos, que ali fora apresentada, na três dias, acompanhada de um processo acusatório de prostituição. Depois de julgada, foi condenada a cinco anos de prisão. Ela possui os Cartões de Trabalho e de Residente, bem como Bilhete de Identidade.

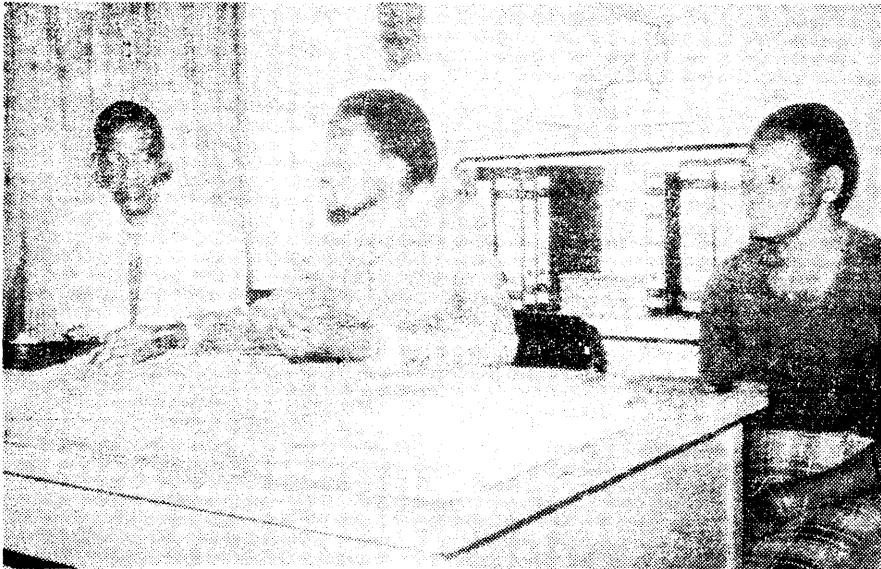
Abordada pela nossa Reportagem, a senhora disse ter sido interpelada na sua residência, na Malhangalene «A», por uma brigada que incluía o chefe de Quarteirão do seu bairro. Há fortes suspeitas de que na origem desta acção esteja aquele indivíduo. O assunto ainda está a ser profundamente averiguado, garantiram fontes políticas no local.

— No tribunal deste Posto de Verificação foram hoje julgados sete casos de cidadãos acusados de vadiagem, marginalidade e outros delitos. Ouvidos os responsáveis políticos dos respectivos locais de residência, apurámos que todos os sete estão ilibados das acusações. Passámos guia de circulação para que os visados legalizem a sua situação dentro de um período que vai de um a dois meses, revelou Agostinho Francisco Mondlane.

O magistrado frisou que as denúncias provêm, geralmente, da minoria de chefes de Quarteirões que a coberto das suas funções, mascaram vinganças ou a satisfação de ambições pessoais.

— A actuação destes desonestos desvirtua o sentido lato da «Operação Produção» e pode comprometer os elementos mais dinâmicos dos Grupos Dinamizadores e Células de Bairros — opinou Carmona Bila.

Diversas pessoas contactadas pela nossa Reportagem confirmaram a assiduidade da ocorrência de casos de denúncias, aparentemente sem razões fundamentadas, o que induz à conclusão de que um punhado de infiltrados se serve das nossas instituições para a realização dos fins contrários ao actual processo.



O júri do Tribunal Popular do Bairro da Coop, contactado pela nossa Reportagem

Comando Operativo do mesmo escalão, como a principal determinante para a superação de alguns problemas ocorridos no período anterior a aquele dia.

De acordo com o nosso interlocutor, registavam-se do Posto de Verificação da COOP, que também supervisa os bairros Malhangalene

somos mais rigorosos na apreciação de cada caso e para além dos membros do GD e residentes considera, nos decisivos os testemunhos dos envolvidos, afirmou Carmona Bila, para reiterar o respeito pela Legalidade e pela integridade cívica dos cidadãos.

Medida plausível e que visa en-

riar, agente da PPM, «começou a funcionar há dois dias».

Os casos que competem às instâncias jurídicas são remetidos ao tribunal de bairro, presidido por Agostinho Francisco Mondlane. Este magistrado reconheceu que muitos casos de denúncias, particularmente as de alguns chefes de Quarteirões